



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 21, v. 3
maio-jun. 2025
p. 254-273

Uma política em nome da criança: des/orientações do corpo no livro ilustrado infantil *Banho!*¹

(Politics in the name of children: dis/orientations of the body in the children's picturebook *Banho!*)

(Una política en nombre de los niños: des/orientaciones del cuerpo en el libro-álbum *Banho!*)

Guilherme Diniz Machado²

RESUMO: Diante de um contexto político conturbado que alimenta discursos conservadores em defesa da família tradicional brasileira, este artigo analisa as normas que des/orientam a des/re/construção do corpo da criança no livro ilustrado infantil *Banho!* sob o paradigma do mito da inocência infantil. Faz-se um recorte quanto à picturalização da genitália da criança, cujas implicações são desdobradas pelo viés da Linguística Queer. Adota-se como método uma perspectiva multimodal, em virtude do diálogo entre linguagens característico do livro ilustrado. Pressupondo que a linguagem da literatura infantil produz sujeitos, argumenta-se a favor de uma perspectiva de literatura infantil enquanto política de identidade. No caso do livro *Banho!*, a possibilidade de picturalização da genitália mobiliza normas referentes à naturalização da cisgneridade e da branquidade, indicando um movimento de des/legitimação quanto aos corpos que povoam infâncias.

PALAVRAS-CHAVE: literatura infantil; livro ilustrado; linguagem; política de identidade; teorias *queer*.

Abstract: Within a turbulent political context which nourishes conservative discourses in defense of the traditional Brazilian family, this article aims to analyze the norms that dis/orient the de/re/construction of children's body in the children's picturebook *Banho!* (Bath, in a literal translation) under the paradigm of the myth of childhood innocence. It examines the pictorialization of children's genitalia as presented by the book through the lens of Queer Linguistics, while the method incorporates a multimodal perspective due to the languages of the picturebook. Considering that the language of children's literature produces subjects, it is offered a perspective of children's literature as politics of identity. In the case of *Banho!*, the possibility of pictorialization of children's genitalia mobilizes norms of the body in accordance with a white, cisgender identity as a natural status, which indicates a strategy of de/legitimization regarding children's bodies.

Keywords: children's literature; picturebook; language; politics of identity; queer theories.

Resumen: Ante un contexto político problemático que alimenta discursos conservadores en defensa de la familia tradicional brasileña, este artículo analiza las reglas que des/orientan la des/re/construcción del cuerpo de los niños en el álbum *Banho!* bajo el paradigma del mito de la inocencia infantil. Se hace un recorte cuanto a la ilustración de los genitales de los niños, cuyas implicaciones se desarrollan por el sesgo de la Lingüística Queer. La perspectiva multimodal se adopta como método de análisis, debido al diálogo entre lenguajes característico del álbum. Suponiéndose que el lenguaje de la literatura infantil produce sujetos, argumentase a favor de una perspectiva de la literatura infantil como política de identidad. En el caso del álbum *Banho!*, la posibilidad de ilustrar los genitales moviliza las normas que hacen referencia a la naturalización de la cisgneridad y de la blanquidad, indicando un movimiento de des/legitimación acerca de los cuerpos que habitan las niñeces.

Palabras clave: literatura infantil; libro-álbum; lenguaje; política de identidad; teorias *queer*.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

2 Doutorando em Letras na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), com especialidade em Teoria da Literatura e Literatura Comparada. Mestre pelo Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PIPGLA) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Especialista em Literatura Infantil e Juvenil pela mesma instituição de ensino. E-mail: guilherme.machado@letras.ufrj.br.



1 Introdução

Empregamos o termo ‘literatura’ (em referência ao que é literário) como se houvesse um consenso quanto ao seu significado. Para os propósitos deste texto, considero o pressuposto de Terry Eagleton ([1983] 1996) de que literatura é política. De acordo com esse posicionamento teórico, a literatura não emerge enquanto ontologia, mas como parte de um sistema que atribui relações assimétricas de poder. A abordagem histórica do autor demonstra que o conceito de literatura não é estável, mas sim está sujeito a períodos que se estabelecem sócio-historicamente, cujas mudanças, embora menos agitadas, afetam também o cânone.

Nesse sentido, alinho-me ao estudo clássico de Jacqueline Rose (1984), que investiga como a linguagem da literatura infantil produz sujeitos. Segundo a autora, a literatura infantil cria a criança sobre a qual fala, o que significa dizer que a categoria identitária criança não preexiste à linguagem. A partir disso, ofereço uma perspectiva de literatura infantil enquanto política de identidade. Uso o termo de Erving Goffman (1963), mas exploro a dimensão intersubjetiva da identidade a partir da Linguística Queer, por sua vez fundamentada na teoria da performatividade de Judith Butler, conforme será desdobrada mais adiante.

Tendo em vista os diversos modos de teorizar o conceito queer, cabe assinalar que me preocupo com o papel do discurso na naturalização da cis-heteronormatividade. Em linhas gerais, a Linguística Queer “se configura como o estudo das relações entre língua, gênero, sexualidade e as dinâmicas de manutenção e/ou contestação de normatividades (linguísticas e sociais)” (Borba, 2020, p. 16). Mais especificamente, focalizo a inocência enquanto ausência de sexualidade como símbolo queer (Pugh, 2011; Stockton, 2009).

É através dessas lentes que apresento o livro ilustrado infantil *Banho!*, de Mariana Massarani, para debate. A autora, responsável tanto pelo texto escrito quanto pelo texto imagético, aparece como um dos nomes de destaque no circuito da literatura infantil desde a década de 90 (Silva, 2018). O livro *Banho!* foi publicado inicialmente em 2006, sendo que em 2012 atingiu sua sexta reimpressão, o que indica que teve uma circulação abrangente. A obra de Massarani conta a história de quatro crianças tomando banho. Nesse evento do cotidiano, as crianças transformam a banheira em um rio, e, nisso, recebem a visita de diversos animais amazônicos³.

O que me instigou no livro *Banho!* foi a escolha da autora por picturalizar a genitália das

³ Estou ciente do percurso indexical que essa escolha narrativa performa no que concerne à cultura brasileira (Lajolo; Zilberman, [1984] 2007). Todavia, explorarei esses caminhos em outro artigo por entender a necessidade de um referencial teórico específico.



crianças, o que rompe com uma tradição da literatura infantil de apagamento genital⁴ (Van Coillie, 2020). Meu interesse, portanto, está em situar tal escolha semiótica de acordo com os discursos que movem a infância e a criança, com base na perspectiva multimodal de David Machin e Andrea Mayr (2012), que definem discurso como uma composição de “ideias, valores, identidades e sequências de atividades” (p. 11, tradução nossa). Assim, tal artigo objetiva analisar as normas que des/orientam a des/re/construção do corpo da criança no livro ilustrado infantil *Banho!* sob o paradigma do mito da inocência infantil.

2 A literatura infantil no contexto político atual

Muito tem sido elaborado sobre a perspectiva escolar da literatura infantil, o que não deve ser confundido com um tipo de didatismo. Embora a literatura infantil tenha sido recebida na escola com um propósito educacional e moral, essa vertente logo foi questionada e criticada a partir do movimento bibliotecário que defendia o prazer da leitura (Colomer, 2017). Por mais que não possamos dar essa discussão como encerrada, muito menos próxima ao seu fim, considero que a leitura literária na escola expandiu seus horizontes a outros aspectos que não somente o didático, vide o contexto sociocultural, como diversos autores ao longo dos anos têm apontado (Amorim, 2017). Seu engajamento de ordem política se orienta pela máxima de Antonio Candido quanto ao direito à literatura.

A própria reorganização dos valores socioculturais cultivados na literatura pós-industrial alimenta esse redirecionamento (Colomer, 2017), tais quais a solidariedade, o antirracismo, o questionamento à autoridade, dentre outros (Coelho, 2000). No caso da literatura infantil atual, também chamada antiautoritária, há um movimento de elasticidade e ampliação do conceito de moral estimulado pelo multiculturalismo (Colomer, 2017; Mickenberg, 2017) ao promover uma atitude crítica frente à tradição burguesa, cristã, patriarcal, progressista, capitalista, cis-heteronormativa etc. que prega o individualismo, a obediência absoluta, a moral dogmática, dentre outros valores (Coelho, 2000). Assim, foi instaurado um perspectivismo ético como resultado do período pós-guerras, cujos valores socioculturais apresentavam atritos diante do prescritivismo moral da tradição (Kramsch, 2020).

É essa disputa que tem colocado a literatura infantil e juvenil na mira de discursos

⁴ Há de se considerar uma maior complexidade do que figura aqui. Pode ser delineada uma segunda tradição na literatura infantil que exagera a construção da genitalidade através de recursos cômicos, na tentativa de “infantilizar” o discurso sobre o corpo (Van Coillie, 2020). Não obstante, casos isentos de comichade na construção da genitalidade na literatura infantil costumam assumir uma perspectiva pedagógica, ou são amparados por recursos pictóricos que contribuem para a evocação de uma infantilização do discurso, tornando-a, portanto, “adequada” (Venzo, 2021). Por fim, ressalta-se que, embora possa ser delineada uma tradição de picturalização da genitalidade na literatura infantil, sua história é permeada por escandalizações e tentativas de censura (Soulé, 2020; Miller, 2014; Nodelman, 2003).



conservadores atuais que cultivam um apelo ao mito da tradição. Segundo Sfordi (2021), tais discursos promovem um posicionamento pró-censura que resgata a lógica moralizante que permeia o passado histórico da literatura dedicada a crianças e jovens, sob a ótica do desenvolvimento biológico como vulnerabilidade da criança e do jovem perante o redirecionamento da literatura, alegando que os valores socioculturais que integram o perspectivismo ético interferem na formação da consciência. O autor sistematiza os cerceamentos literários a partir de quatro eixos: política, religião, sexualidade e outras temáticas, destacando que o discurso pró-censura se aproxima de regimes políticos autoritários, como no caso da ditadura militar brasileira. Tais dimensões da censura se vinculam a acusações, por grupos conservadores, de uma homossexualidade predatória promovida pela escola e pela arte (Mendes, 2019).

Nessa conjuntura política, uma das vozes mais fortes pertence à instituição familiar, que urge pela censura de livros publicados não somente atualmente, mas sobretudo décadas atrás (Sfordi, 2021), em um movimento retroativo que não está distante de um revisionismo histórico. O entrelaçamento da política com a família, embora não de hoje, é acentuado na onda conservadora dos últimos anos, como ilustram Miguel (2016) – a partir do Movimento Escola Sem Partido –, Moraes (2018) – a partir da Mostra Queermuseu –, e Sfordi (2021) – com base em casos atuais de censura literária. Os eventos explorados pelos autores suscitaram diversos discursos em defesa de uma suposta inocência infantil, sendo que, no cerne desses discursos, está a figura da criança ameaçada.

Estamos diante de uma política em nome da criança, na qual a invocação da figura da criança ameaçada funciona como limite ideológico para a política (Edelman, 2004). Como podemos ver, a criança se torna um objeto político usado por, para e contra adultos (Cardoso, 2018), pois a invocação de sua figura desloca a discussão de um terreno político para um terreno moral (Miguel, 2016). Afinal, a criança está atrelada a uma perspectiva biológica que a entende como produto da reprodução, estabelecendo uma “ordem natural” das coisas, o que promulga a cis-heteronormatividade como um espaço apolítico (Edelman, 2004).

Essa política normalizadora promulgada pelo chamado biologicamente natural regulamenta a literatura infantil. Orientada por uma noção de linguagem como expressão natural da criança, a literatura infantil responde à lógica institucional da escolarização ao sustentar um regime linguístico cuja perspectiva grafocêntrica preza por um movimento ideológico de substituição da imagem pela palavra (Machado, 2022). Assim, o sistema literário, ao ter como meta final a literatura fundamentada somente em texto escrito, posiciona a criança e a literatura infantil ilustrada nos primeiros degraus de uma hierarquia linguística pautada por noções modernistas de evolução e



sustentada pela instituição escolar.

Políticas linguísticas oficializadas por diretrizes governamentais, portanto, contribuem para práticas dedicadas à literatura infantil (Amorim, 2017; Silva, 2016), cujos modos de ler cultivam uma tradição literária orientada pela integridade física do livro que valoriza o objeto material, a escrita e a norma culta (Beveridge, 2017). Não por acaso, Rose (1984) argumenta que os conceitos de linguagem e literatura funcionam como objetos de policiamento, pois regem tanto a linguagem que a criança deve usar (a partir dos chamados marcos de desenvolvimento) quanto a linguagem direcionada a ela. Assim, “a criança pertence à própria instituição que produz a linguagem” (Rose, 1984, p.8, tradução nossa), o que indica uma institucionalização da infância, da qual a literatura infantil inadvertidamente faz parte.

Os processos institucionais se apropriam da infância ao localizar a criança dentro de uma estrutura geracional suscetível a intervenções de ordem médica, escolar etc. (Costa, 1979) guiadas por uma perspectiva linear de tempo que encontra no relógio (o “tempo certo”, por sua vez medido pelo biológico) seus argumentos motivadores (Tesar, 2016). Nas palavras de Tesar (2016, p.404, tradução nossa), “adultos não conseguem imaginar crianças sem supervisão, sem proteção e, mais importante, sem um futuro – e sem crescer”. É essa projeção fantasmática de um futuro que entrelaça a política e a criança, sobretudo no que tange à manutenção da cis-heteronormatividade, pois a chamada perpetuação da espécie depende que essa criança cresça cis-heterossexual (Edelman, 2004).

A partir disso, as implicações políticas da literatura infantil enquanto prática voltada para o desenvolvimento biológico da criança nutre um desejo pelo futuro que nos remete a um passado mítico fundamentado no discurso do instinto natural. Assim sendo, na próxima seção, busco situar o livro ilustrado infantil *Banho!* nesse cenário, propondo um olhar atento aos movimentos que estabelecem, mantêm e transformam esses discursos.

3 Desorientações teóricas: a polissemia do infantil

O livro ilustrado infantil *Banho!* não escapa ao revisionismo histórico que instiga a censura literária. Conforme noticiado em 2020 pelo El País Brasil (Oliveira, 2020), um clube de leitura voltado para a família, responsável por enviar livros infantis mensalmente para seus inscritos, recebeu reclamações de agentes cuidadores quanto à escolha da obra de Massarani, cujo conteúdo foi equiparado a um tipo de pornografia infantil por conta da nudez explícita das personagens, conforme exemplificado nas imagens.



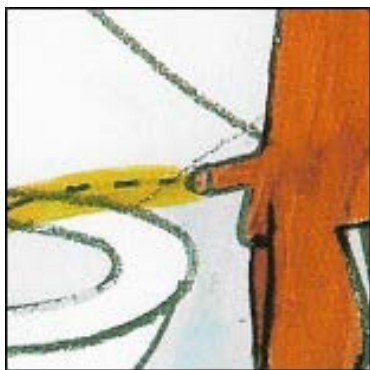


Imagem 1

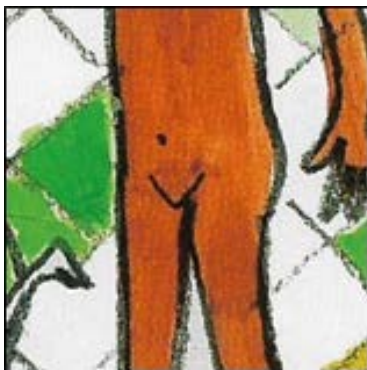


Imagem 2



Imagem 3

Identifico nesse caso um atrito ao considerar os múltiplos públicos que perpassam a circulação da literatura infantil, em um processo que torna o livro “adequado” para a criança. Muito embora o livro infantil, em sua concepção teórica, tenha como receptor final a criança (daí sua classificação), deve agradecer a uma pluralidade de intermediadores responsável pela viagem do livro até as mãos das crianças. De tal processo, que funciona mais como um filtro adulto, participam diversos grupos sociais, tais quais escolas, livrarias, bibliotecas, editores, autores, agentes cuidadores, dentre outros (O’Sullivan, 2013; Hunt, [1991] 2010).

Desse modo, a insatisfação de agentes cuidadores quanto ao livro ilustrado *Banho!* sinaliza uma renúncia ao termo infantil assim atribuído por outras instâncias culturais que contribuem para a cristalização da noção de infância (vide o regime linguístico que orienta a literatura infantil). Esse desencontro de perspectivas entre grupos sociais legitimados a falar sobre e para a criança em relação ao que lhe é apropriado desmantela as tentativas modernistas de universalização da infância – e da criança. Afinal, embora a infância seja entendida, na ideologia ocidental dominante, como um período etário dividido em diversas fases (James; Prout, [1997] 2005), os significados que esse conceito assume em diferentes contextos são variáveis.

A configuração polissêmica do termo infantil indica que, apesar da rigidez das categorias infância e criança, as práticas que mantêm tais estruturas normativas atravessam múltiplos repertórios discursivos que as ressignificam de acordo com as dinâmicas, atividades e eventos que contextualizam dadas práticas. Em outras palavras, por mais que as categorias infância e criança sejam associadas a fatos incontestáveis segundo uma perspectiva biológica funcionalizante, as possibilidades de significados que acompanham as práticas dedicadas à sua manutenção apontam para uma pluralidade de infâncias e crianças medida pela dimensão sociocultural.

Nesse sentido, considero que a “infância (assim como qualquer identidade) é uma construção histórico e culturalmente contingente, não uma continuidade essencial, trans-histórica



ou transcultural predeterminada por fatores fisiológicos ou biológicos inerentes” (Lesnik-Oberstein, 2011, p.1, tradução nossa). No cerne dessa proposta está uma perspectiva desessencializada de criança. Entendo essência identitária como uma preconceção de estado natural que atribui valor de real. No caso da criança, são projetadas noções de inocência, fragilidade, desproteção, ingenuidade, criatividade etc. (Kramsch, 2020; Mickenberg, 2017; Tesar, 2016; Hunt, [1991] 2010; Lajolo; Zilberman, [1984] 2007; James; Prout, [1997] 2005). Ou seja, em uma perspectiva desessencializada de criança, essas características não são regidas por uma “ordem do natural”, são construções socioculturais.

Nossas projeções de infância e criança, portanto, tampouco podem ser universalizadas para além da nossa cultura. Afinal, conforme ilustrado pela circulação do livro *Banho!*, até mesmo micro-esferas comportam múltiplas noções de infância e criança. Em termos butlerianos, podemos considerar a disputa em torno da picturalização da genitália infantil uma falha performativa. Para tal, entendo que a literatura infantil performa a si mesma ao se autodeclarar para a criança, participando da performatividade dessa categoria identitária. A performatividade seria um sistema regulatório que atribui significados normativos às nossas práticas/performances (Borba, 2020).

No caso, a manutenção da categoria identitária criança regulamenta tanto as práticas da criança quanto as do adulto por meio de um contraste de exclusão, pois não somente a idade biológica realiza a transição para a chamada maioridade (Machado, 2022). Sobretudo, devemos mobilizar um repertório de práticas e atitudes que nos posiciona enquanto sujeitos, de tal modo legitimados pelo próprio sistema (a performatividade) que nos categoriza. Assim, os efeitos de realidade produzidos pela nomenclatura literatura infantil são efeitos de linguagem.

Isso não significa dizer que a performatividade detém os significados das performances (o que fazemos, falamos, vestimos etc.), como se os sentidos produzidos antecedessem sua realização (Borba, 2020). Performances são re/construídas localmente por participantes sociais que podem tanto atestar quanto contestar a legitimidade de tais performances com base na performatividade que as rege. Logo, muito embora a literatura infantil seja uma das instâncias legitimadas a produzir a infância enquanto norma à qual certos corpos devem se adequar, seu conteúdo não será considerado infantil apenas porque está no nome, vide o caso aqui apresentado envolvendo o livro ilustrado infantil *Banho!*. Em outras palavras, não há uma relação causal entre nomear e ser. Não por acaso, vinculo este estudo à Linguística Queer, que se lança ao desafio de desessencializar a identidade ao desnaturalizar a linguagem.

Conforme Borba (2020) demonstra, essa proposta se mostra particularmente difícil quando consideramos que a tradição linguística reforça uma relação direta entre língua e identidade,



reiterando que falamos de determinado jeito porque nascemos com uma determinada identidade. Tal pressuposto, há muito sedimentado, assume um caráter natural e circula como verdade nos mais variados espaços, inclusive o científico. Apesar disso, a Linguística Queer busca desatar esse nó, argumentando a favor de uma perspectiva de identidade como prática significativa (i.e., emergir enquanto sujeito implica participar dos significados locais em circulação, de modo que a identidade seria produzida situacionalmente a partir de atos de fala e corpo) em vez de uma ontologia.

Nesse sentido, defendo que a relação entre linguagem e identidade (nomear e ser) é indexical. O conceito de indexicalidade nos direciona às práticas locais (performances) inseridas em discursos socioculturais que as orientam (performatividades), indicando como tais discursos são estabelecidos, mantidos e transformados de acordo com nossas práticas, em um movimento complexo de retroalimentação. Nas palavras de Borba (2020, p. 30),

a produção disso que chamamos de identidade não está restrita ao uso explícito de categorias identitárias, mas ocorre por meio de diversos recursos linguísticos (sons, morfemas, estruturas sintáticas, etc.). Ao serem usados em uma prática discursiva específica, esses signos retomam uma história que movimenta certos arcabouços interpretativos disponíveis sócio-culturalmente e lhes confere sentido no aqui e agora da enunciação.

Assim sendo, os significados de determinada prática de linguagem não são anteriores à sua realização; são produzidos no momento de sua repetição, o que abre margem para contestação de significados sedimentados historicamente e revestidos de certa naturalidade. Essa multiplicação de significados atua sob o caráter polissêmico da linguagem, entretanto, vale ressaltar que tais significados são informados por normas já estabelecidas, o que significa dizer que a chamada arbitrariedade do signo é ideológica. Desse modo, significados são também hierarquizados segundo noções que estruturam a lógica dominante, logo, sua multiplicação tanto opera a norma (produz uma reatualização) quanto é regida por ela (deve citar a norma para que seja inteligível) (Barrett, 2017).

A manutenção da norma, portanto, se desdobra a partir de um processo intrincado entre as ações de estabelecer, manter e transformar. A título de exemplo, os significados de inadequação mobilizados pelos agentes cuidadores diante da proposta do livro *Banho!* referente à picturalização da genitália retorcem o próprio discurso do biologicamente natural que organiza a infância. O posicionamento em defesa da preservação de uma suposta inocência infantil produz atritos entre as noções de natureza, essência e realidade, ainda que as três atuem juntas na manutenção de uma perspectiva biológica do corpo enquanto condição de ser.

Tais fissuras na dimensão ontológica desestabilizam a perspectiva de identidade determinada pelo biológico, pois nega a considerada natureza do corpo em nome de uma essencialização da



presumida inocência infantil. Uma vez que a perspectiva biológica produz vínculos estreitos entre sexo, gênero e sexualidade, a citação dessa norma em um livro ilustrado infantil através da picturalização do sexo biológico aproxima a criança das próprias práticas reprodutoras (que versam sobre a funcionalidade do corpo humano e das práticas sexuais, naturalizando a cis-heteronormatividade) que a instauram como ponto de origem da ordem social. Assim, por mais que a criança seja considerada um produto da reprodução, ela tampouco pode participar do discurso do biologicamente natural que assim a posiciona (Ashton, 2017; Pugh, 2011; Stockton, 2009).

Nessa arena discursiva, ao passo que o livro ilustrado *Banho!* rompe com a estrutura reguladora da infância por meio da norma do biologicamente natural em relação ao corpo humano, as reações negativas dos agentes cuidadores perante essa retorção da infância rompem com a estrutura reguladora do biologicamente natural por meio da norma da inocência infantil. Esse seria um exemplo do conceito de indexicalidade disjuntiva (Barrett, 2017), pois demonstra que a transformação de uma norma exige a invocação de outra/s. Assim, enquanto o conceito de indexicalidade atua nas múltiplas possibilidades significativas das práticas, o conceito de indexicalidade disjuntiva atua no deslocamento de poder possibilitado pelos múltiplos significados das práticas.

No presente caso, uma vez que a própria noção de essência identitária que constitui a (presumida) natureza infantil rejeita a (presumida) naturalidade das práticas heterossexuais, as práticas dedicadas à manutenção da norma inocente da infância ocupam um espaço queer no regime cis-heteronormativo. Afinal, “crianças não podem remanescer inocentes de sexualidade enquanto aprendem sobre sexualidade normativa, e a heterossexualidade não pode se manter como normativa se a inocência é a fantasia cultural marcante da identidade infantil” (Pugh, 2011, p. 8, tradução nossa). Temos, então, dois regimes normativos que se alimentam da mesma fonte ontológica, mas que inevitavelmente entram em conflito quando se trata do corpo da criança, produzindo um deslocamento de poder cujo contraste os posiciona enquanto queer em relação ao outro.

Desse modo, devo tecer uma separação entre os conceitos de infância e criança. Por mais que tal separação não seja precisa, tampouco tais conceitos podem ser transmutados em uma unidade. Nesse sentido, entendo criança como uma posição de sujeito que não escapa às ordens discursivas da infância. Isso não significa dizer que a infância seria uma construção sociocultural enquanto a criança seria o sujeito real, como se teoria e experiência fossem entidades autônomas (Lesnik-Oberstein, 2011). Conforme aqui demonstrado, os discursos que movem a infância e a criança participam de dois regimes de verdade que se autodeclaram reais, muito embora a realidade



de um renuncie à realidade do outro.

Não se trata, portanto, de uma preocupação entre verdadeiro e falso; efeitos de realidade são produzidos a partir de práticas, ações, atividades e rituais locais, que compõem múltiplos repertórios e pontos de vista. Logo, os sistemas regulatórios que mantêm a infância desorientam os conceitos de essência, natureza e realidade. Posto nesses termos, tais componentes discursivos devem ser entendidos como recortes que re/des/constroem a criança, em vez de serem entendidos como um tipo de verdade absoluta e universal, pois disputam entre si (Lesnik-Oberstein, 2011; Rose, 1984).

Com isso, não pretendo desvelar uma suposta realidade mascarada por projeções discursivas. Em vez disso, estou interessado em analisar as pistas indexicais que possibilitam a articulação desses discursos contraditórios no livro ilustrado infantil *Banho!*, cuja radicalidade referente às estratégias figurativas de re/des/construção do corpo infantil rompe com a normatividade da infância em um artefato cultural produzido em nome da criança. Assim, à luz da indexicalidade disjuntiva, indago: quais são as normas do corpo que permitem estabelecer essa ruptura?

4 Considerações metodológicas

O presente artigo é resultado de uma pesquisa de Mestrado (Machado, 2022) com abordagem qualitativa e busca contribuir para percepções alternativas de literatura infantil, propondo entendê-la à luz da chamada política de identidade. Nesse sentido, assume como olhar de pesquisa o conceito de etnografia textual conforme teorizado por Blommaert (2008), que argumenta que o regime linguístico de um texto pode nos informar sobre determinados pressupostos socioculturais. Essa abordagem dialoga com Rose (1984) quanto à linguagem da literatura infantil, de modo que o livro ilustrado infantil *Banho!* pode ser entendido como um informante da infância à medida que a produz.

Considerando que o livro ilustrado é aquele em que “a imagem tem um papel fundamental na construção da narrativa e em que texto e ilustrações se inter-relacionam possibilitando múltiplas leituras, múltiplas camadas” (Silva, 2018, p. 73), mobilizo uma perspectiva de literatura infantil como fenômeno multimodal. Assim sendo, o método adotado consiste nas ferramentas analíticas de Machin e Mayr (2012), que definem multimodalidade como um processo no qual “linguagem [escrita], imagem e outros modos de comunicação, tais quais brinquedos, monumentos, filmes, sons etc., se combinam para formar significado” (p. 1, tradução nossa). Os autores consideram duas unidades básicas de análise, a iconografia (imagens) e o léxico (palavras), cada qual com suas próprias categorias e desdobramentos formais.



Por restrições de espaço, não será possível abarcar as extensas ferramentas analíticas propostas por Machin e Mayr (2012), muito menos a totalidade do livro ilustrado *Banho!*. A partir disso, foram feitos recortes que condizem com o conflito aqui apresentado quanto a um nó específico da recepção do livro *Banho!* referente à picturalização da genitália. No que concerne a obra, será focalizada somente uma passagem (configurada em página dupla), mais especificamente a primeira cena que apresenta as personagens crianças despidas; uma vez que a nudez perpassa a narrativa do livro *Banho!*, esse recorte dialoga com seu todo, afinal, o corpo está presente da primeira à última página, mesmo que não seja o elemento narrativo central da obra. Ainda, uma vez que o objetivo deste texto diz respeito às normas que des/orientam a des/re/construção do corpo da criança, será focalizada apenas uma relação entre as ferramentas analíticas, nomeadamente as estratégias figurativas, pois possibilitam compor associações entre identidades, ações, objetos, cenários, tempos, modos etc.

São necessárias três ressalvas. Primeiro, cabe assinalar que essa não deve ser entendida como uma tentativa de hierarquizar as ferramentas analíticas de Machin e Mayr (2012), mas sim de adaptá-las aos propósitos deste texto. Nesse sentido, em segundo lugar, prezo por um paradigma de pesquisa interpretativista à luz de Moita Lopes (2006), logo, assumo um posicionamento teórico que defende que ferramentas analíticas produzem o objeto, ao invés de descreverem-no ou capturá-lo. Por fim, com base nisso, vale ressaltar que as imagens aqui apresentadas configuram desde já recortes des/recontextualizados do livro ilustrado *Banho!*. Tendo em vista tais condições particulares, dou prosseguimento à análise.

5 Des/orientações do corpo da criança

Meu olhar para a des/re/construção do corpo da criança no livro ilustrado infantil *Banho!* é mediado pelas estratégias figurativas, que assumem, neste contexto de análise, o papel de “situar pessoas no mundo social e destacar certos aspectos da identidade que queremos sedimentar ou omitir” (Machin; Mayr, 2012, p.77, tradução nossa). Desse modo, a articulação da identidade por meio de recursos linguísticos e semióticos pode tanto legitimar quanto deslegitimar pessoas segundo as relações de poder ali produzidas. A seguir, veremos como esse processo nominativo atua no plano pictórico, considerando a imagem a seguir.



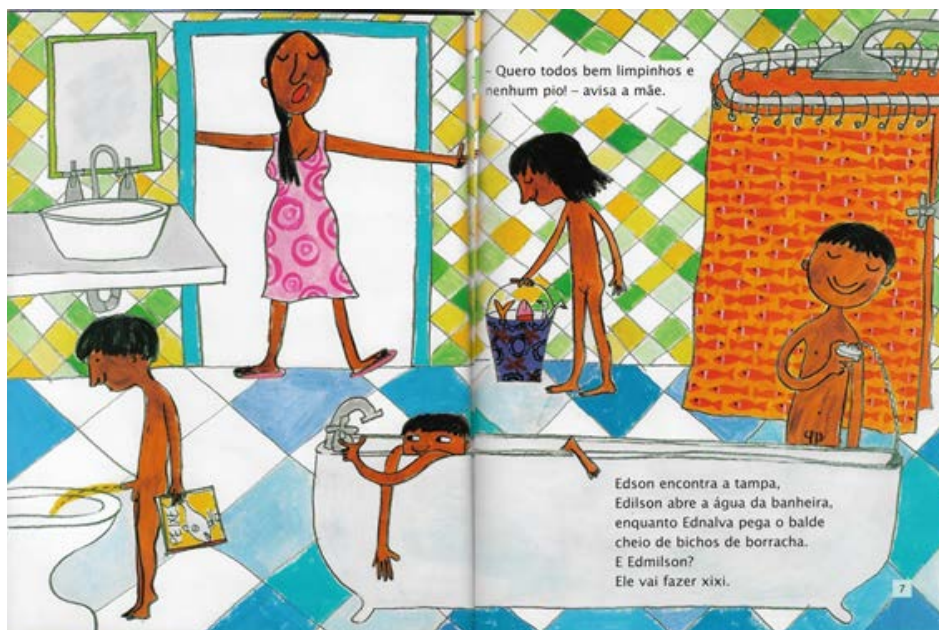


Imagem 4

Primeiro, gostaria de pontuar certos aspectos estéticos envolvidos na construção dessa ilustração, tais quais as cores saturadas, o plano frontal, a profundidade insinuada pela sobreposição das formas, as linhas de contorno bem demarcadas que separam as figuras do fundo etc. Todas essas características constituem o que foi chamado por Painter, Martin e Unsworth (2012) de estilo minimalista da narrativa visual da literatura infantil. Segundo os autores, esse estilo costuma ser favorecido na literatura infantil ilustrada que projeta leitores mais jovens, configurando o que Colomer (2017) chama de “linguagem para crianças” pelo viés da leitura preocupada em nomear o mundo, sendo que essa vontade produz a criança como um ser em desenvolvimento, posicionando-a em um espaço normativo de constante aprendizado.

O minimalismo envolve noções de simbolismo e sincretismo, vide, na imagem acima, a deformação das formas presente nos braços arredondados, que conjuram não a ideia de articulação, mas a do movimento. Ou, ainda, os olhos que não passam de pontos, pois não precisam ser mais elaborados do que isso para sugerir sua leitura visual (Painter; Martin; Unsworth, 2012). A presença de tais estratégias pictóricas no livro ilustrado infantil, no entanto, costuma ser justificada por uma vontade de facilitar a compreensão visual do mundo a favor de uma leitura funcionalizante que as destitui de motivos artísticos, uma vez que aparecem como componentes de uma suposta natureza infantil orientada por noções cognitivas de linguagem. Assim, seria uma tentativa de se comunicar com a criança através do que se considera a linguagem dela.

Não obstante, o livro ilustrado *Banho!* desamarra esse nó no que concerne aos



desdobramentos cromáticos. Retomando esse aspecto, ao passo que os objetos recebem uma cor única, o que se aproxima do estilo minimalista, os corpos das crianças (e da mãe) recebem múltiplas tonalidades, aproximando-se discursivamente de um estilo naturalista, mesmo que tais estilos sejam comumente entendidos dentro de uma relação de oposição. Desse modo, as personagens são humanizadas, e não objetificadas.

Essa possibilidade significativa condiz com a proposta de racializar as personagens. À luz de Lima (2017), considero que o corpo recebe uma raça em contraste à norma da branquidade, que localiza na cor branca o estado natural do corpo. Esse processo de racialização, entretanto, não apaga a construção do livro *Banho!* quanto a uma etnia indígena mediada por certos estereótipos, tais quais o corte e a cor dos cabelos das personagens, os fios lisos etc. Apesar disso, esses corpos classificados como étnicos podem também ser marcados pela falta da cor branca. Nesse sentido, por mais que as pistas indexicais de uma identidade nomeadamente indígena transformem os significados possibilitados pelos corpos das personagens, neste artigo não expandirei a análise nessa direção, conforme mencionado anteriormente.

Uma vez que, historicamente, o livro infantil pode ser projetado como um objeto do cotidiano burguês (Lajolo; Zilberman, [1984] 2007), a escolha por protagonistas não-brancos confere visibilidade a corpos marginalizados pelo que se considera normal, contestando a norma da branquidade. Vale lembrar que o corpo considerado normal é o branco, masculino, cisgênero, heterossexual, burguês etc., presente também no imaginário da literatura infantil (Coelho, 2000). Desse modo, a cor enquanto recurso semiótico contribui para uma reconstrução desse imaginário no livro ilustrado *Banho!*, apropriando-se das brechas do texto escrito, que, nesse sentido, apaga a cor da pele das personagens. À linguagem visual, portanto, recai a responsabilidade de nomear, cujo processo envolve também os participantes efetuando a leitura do livro, que podem verbalizar ou não as categorias identitárias invocadas pelos recursos semióticos.

Em relação à perspectiva frontal, o corpo inteiro das personagens se encaixa dentro da moldura da ilustração. Até mesmo a personagem urinando, que está supostamente em um primeiro plano, aparece por inteiro. Assim, nós, enquanto espectadores, somos posicionados a certa distância da cena, que se desenrola como em uma vitrine, da qual não podemos nos aproximar (Machin; Mayr, 2012). Considerando que a projeção de espectador no imaginário da literatura infantil é a criança, cabe questionar do que ela não pode se aproximar. É de meu interesse argumentar que a distância entre imagem e espectador projetada através do enquadramento da ilustração serve para proteger a criança espectadora da própria picturalização da genitália. Essa genitália, conforme apontarei, segue alguns parâmetros.



A princípio, ela corresponde ao gênero gramatical associado ao sexo das crianças. Assim como o texto escrito não conta a história toda, o texto imagético se configura em constante diálogo com a escrita. Por exemplo, ambos contribuem para a identificação das personagens. Consideremos o texto escrito na imagem 4:

Edson encontra a tampa.
Edilson abre a água da banheira, enquanto Ednalva pega o balde cheio de bichos de borracha.
E Edmilson?
Ele vai fazer xixi.

As ações indicadas no texto escrito são sugeridas pelo texto imagético, criando uma relação equivalente entre essas linguagens. Nisso, à luz da matriz de inteligibilidade de gênero (pênis-homem/vagina-mulher) segundo Judith Butler ([1990] 2003), voltemos à imagem 4: da esquerda para a direita, temos *o* Edmilson, que recebe um pênis; *a* Ednalva, que recebe uma vagina; e *o* Edilson, que também recebe um pênis. Os artigos e pronomes atribuídos pela gramática generificada ao longo do livro invocam a cisnormatividade ao criarem uma relação direta (construída através da linguagem) entre identidade de gênero e sexo biológico.

Além disso, a genitália aparece mais como um acessório estético, pois em nenhum momento as crianças interagem com ela, ou sequer a olham; ou seja, a genitália não é tematizada. O único momento que ela parece cumprir alguma ação na narrativa é na hora que Edmilson faz xixi, relacionando-se então a uma perspectiva biológica e funcionalizante do corpo. Nesse sentido, as possibilidades transformativas da picturalização da genitália, mesmo que sugeridas pela linguagem visual, recaem sob a dimensão da leitura, de modo que dependem da interação entre os participantes envolvidos no ato de contar a história.

Por mais que a figuração da genitália obedeça ao estilo minimalista da ilustração, distanciando-se de um estilo naturalista (também conhecido como estilo realista), a escolha semiótica de picturalização da genitália em um livro infantil se aproxima discursivamente do chamado estilo naturalista, pois nos confronta quanto a uma suposta realidade do corpo infantil. Em outras palavras, uma vez que a tradição da literatura infantil preza pelo apagamento da genitália em nome de uma suposta inocência infantil, sua presença torna essas crianças mais “reais”. Assim sendo, o livro ilustrado *Banho!* se apropria da chamada “linguagem para crianças”, mas o faz através de uma fissura estilística que transforma as normas que estabelecem níveis de in/adequação quanto ao conteúdo produzido para a criança e a infância.

Essa transformação das normas da infância, entretanto, não se concretiza sem a invocação de outras normas, como a linguística. Ademais, são necessárias algumas considerações no que



concerne às normas do corpo. Argumento que a presença da genitália é permitida a partir das normas da cisgeneridade e da branquidade.

Vimos que a genitália se configura em apenas duas possibilidades, reiterando um discurso biológico e binarista do corpo. Além disso, a atribuição da genitália corresponde a uma gramática generificada, atrelando o sexo do corpo à identidade de gênero. Apesar disso, é válido mencionar que, embora o livro siga parâmetros biológicos cisnormativos, contesta pressupostos quanto à socialização por gênero ao dividir as quatro crianças em dois grupos: Edmilson, que não toma banho pois prefere ficar lendo, e o trio Ednalva, Edson e Edilson, que brincam com os animais durante o banho. Essa separação não leva em consideração o gênero das crianças, logo, pode contestar tais normas generificadas.

Quanto à branquidade, argumento que a picturalização da genitália e a racialização dos corpos são elementos que, isolados, podem contestar tanto a norma da infância quanto a norma branca. Quando articulados, porém, produzem atrito, pois destituem os corpos racializados de uma inocência infantil, por mais idealizada que seja a essencialização dessa inocência. Além disso, considerando que a criança espectadora não pode se aproximar da cena, e que sua imaterialidade corpórea assume os contornos de um corpo considerado normal, podemos assumir que o livro ilustrado *Banho!* não contesta a idealização da inocência infantil. Uma vez que ainda preserva uma suposta inocência da criança espectadora, considero que a contestação da inocência se restringe aos corpos racializados, sustentando a norma da branquidade.

Essa articulação pode exemplificar as palavras da pesquisadora Grada Kilomba: “[n]o racismo cotidiano, a pessoa *negra* é usada como tela para projeções do que a sociedade *branca* tornou tabu” (Kilomba, [2010] 2019, p. 78, tradução nossa, grifos da autora). No presente caso, o livro ilustrado *Banho!* rompe com o tabu do sexo biológico da criança (cujo significado é atribuído segundo a naturalização da cis-heteronormatividade) ao materializá-lo no corpo racializado, por sua vez submetido às normas da cisgeneridade. Esse movimento se faz possível à medida que a infância é projetada não para todas as crianças, mas para um corpo específico, em um processo mútuo de des/legitimação.

Nesse sentido, apesar de a categoria identitária criança ser considerada um estágio universal regido por uma ontologia prescrita pelo conceito de maturidade biológica, recortes de gênero, raça e sexualidade produzem múltiplas infâncias, cujo peso é atribuído por participantes sociais (tanto crianças quanto adultos) para cumprir determinados propósitos. A partir disso, sou levado a pensar o cruzamento entre identidades sociais. Uma vez que a idade é considerada a característica marcante da infância, de modo que recebe o corpo fantasma do normal, o que acontece quando



o corpo da criança atravessa categorias identitárias (tais quais raça, gênero e sexualidade) que configuram desvios desse normal?

Muito embora não seja minha proposta dar uma resposta definitiva a essa pergunta, considero que essa desestabilização nos situa no espaço do incômodo, pois tamanha elasticidade produz uma sobreposição entre as figuras da criança e do adulto, rompendo com o binarismo orientado pela idade. Se as tensões produzidas por esse processo de deslocamento do plano etário aproximam a criança do que é considerado adulto, tal movimento não implica tratar a criança como adulto (não é uma emancipação), mas sim destituí-la de uma inocência (deslegitimá-la) a ponto de torná-la uma ameaça; um perigo à norma inocente da infância.

As possibilidades plurais da infância, portanto, são categorizadas como infâncias perigosas, pois entram em conflito com as práticas, ações, atividades e rituais que resgatam e sustentam a norma inocente da infância, um cenário no qual a inferiorização e marginalização de determinadas infâncias são resultados dos significados veiculados na cultura ocidental quanto a gênero, sexualidade e raça. Assim, localizar a identidade infantil nessa malha sociocultural perpassa múltiplos planos normativos que produzem diferentes significados quanto às práticas mobilizadas pelos corpos das crianças (i.e., a indexicalidade disjuntiva).

Vale ressaltar, entretanto, que as categorias identitárias que marcam o corpo da criança e produzem essas diferentes experiências de ser criança são de cunho contextual. Isso significa dizer que as infâncias perigosas não constituem uma identidade não-normativa, mas sim contradições socioculturais que fissuram a naturalidade da categoria criança. Sendo assim, a norma inocente da infância ainda pode ser invocada para proteger cada uma dessas crianças outrizadas, a depender do contexto.

6 Breves comentários

Quando proponho entender a literatura infantil enquanto política de identidade, considero que produzir a infância significa produzir a criança, e vice-versa. Mesmo que tais conceitos não sejam equivalentes, parto do pressuposto de que são indissociáveis. A rejeição da picturalização da genitália no livro ilustrado infantil *Banho!* emerge como um exemplo disso, pois demonstra que a norma inocente da infância contribui para percepções in/adequadas em relação ao corpo da criança. Entretanto, tamanho atrito entre noções de infância e criança não impediram a circulação do livro ilustrado *Banho!* como literatura infantil, termo sob o qual a obra ainda se mantém.

Conforme analisado, argumentei que as brechas que permitiram a radicalidade do livro ilustrado infantil *Banho!* na picturalização da genitália da criança obedecem a duas normas: a



da cisgeneridade e a da branquidade. Primeiro, o livro estabelece uma correlação direta entre sexo biológico e identidade de gênero. Segundo, a racialização do corpo o reconstrói em exclusão àquele que é cultivado na literatura infantil, nomeadamente o corpo branco normalizado. Assim, os efeitos de picturalização da genitália são atenuados, pois rompem com a norma da infância através de um corpo já tachado enquanto anômalo, mesmo que sua anomalia seja de cunho contextual.

Nesse sentido, embora a vontade de estabelecer a idade biológica como o elemento definatório da infância rejeite o entrelaçamento entre as identidades da criança e do adulto, tais identidades não são opostas, de modo que a insistência nesse binarismo (criança-adulto) produz alteridades identitárias quando a idade atravessa outras categorias socioculturais, tais quais gênero, sexualidade e raça (mas não somente). Se a articulação desses cruzamentos serve a determinados propósitos, vide as normas que regem a picturalização da genitália da criança no livro ilustrado infantil *Banho!*, minha proposta de entender a literatura infantil enquanto política de identidade também. Desse modo, não me interessa a extinção da categoria identitária criança, mas sim sua desnaturalização.

Referências

AMORIM, Marcel Alvaro de (org.). *Ensino de literaturas: perspectivas em linguística aplicada*. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ASHMAN, Amalya Layla. "Oh God, Give Me Horses!" Pony-Mad Girls, Sexuality, and Pethood. In: FEUERSTEIN, Anna; NOLTE-ODHIAMBO, Carmen (org.) *Childhood and Pethood in Literature and Culture: New Perspectives on Childhood Studies and Animal Studies*. New York: Routledge, 2017. p.153-166.

BARRETT, Rusty. *From Drag Queens to Leathermen: Language, Gender and Gay Male Subcultures*. New York: Oxford University Press, 2017.

BEVERIDGE, Lian. Chewing on Baby Books as a Form of Infant Literacy: Books Are for Biting. In: HAMER, Naomi; NODELMAN, Perry; REIMER, Mavis (org.). *More Words about Pictures: Current Research on Picture Books and Visual/Verbal Texts for Young People*. New York: Routledge, 2017. p.18-29.

BLOMMAERT, Jan. *Grassroots literacy: Writing, identity and voice in Central Africa*. New York: Routledge, 2008.

BORBA, Rodrigo (org.). *Discursos transviados: por uma linguística queer*. São Paulo: Cortez, 2020.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Daniel. Notas sobre a Criança transviada: considerações



queerfeministas sobre infâncias. *Revista Periódicus*, v. 9, n. 1, p.214-233, jun. 2018.

COELHO, Nelly Novaes. *Literatura Infantil*. Teoria, Análise, Didática. São Paulo: Moderna, 2000.

COLOMER, Teresa. *Introdução à literatura infantil e juvenil atual*. São Paulo: Global, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

EAGLETON, Terry. *Literary Theory: an introduction*. 2. ed. Oxford: Blackwell Publishing, 1996.

EDELMAN, Lee. *No future: Queer theory and the death drive*. Durham and London: Duke University Press, 2004.

GOFFMAN, Erving. *Stigma*. London: Penguin, 1963.

HUNT, Peter. *Crítica, teoria e literatura infantil*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

JAMES, Allison; PROUT, Alan (org.). *Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood*. 2. ed. London: Falmer Press, 2005.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

KRAMSCH, Claire. *Language as Symbolic Power*. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: História & Histórias*. 6.ed. São Paulo: Editora Ática, 2007.

LIMA, Fátima. O trauma colonial e as experiências subjetivas de mulheres negras – raça, racismo, gênero e a produção de sofrimentos. In: PEREIRA, Melissa de Oliveira; PASSOS, Rachel Gouveia (org.). *Luta antimanicomial e feminismo: inquietações e resistências*. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. p.68-84.

LESNIK-OBERSTEIN, Karín (org.). *Children in Culture, Revisited: Further Approaches to Childhood*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2011.

MACHIN, David; MAYR, Andrea. *How to do Critical Discourse Analysis: A multimodal approach*. London: SAGE, 2012.

MASSARANI, Mariana. *Banho!*. Rio de Janeiro: Global Editora, 2006.

MACHADO, Guilherme Diniz. *Entre as brechas dos discursos: uma leitura queer do livro ilustrado infantil Banho!*. 2022. 156 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

MENDES, Conrado Hubner. A política do pânico e circo. In:



ABRANCHES, Sérgio *et al.* (org.). *Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p.230-246.

MICKENBERG, Julia. Radical Children's Literature. *Oxford Research Encyclopedia of Literature*, online, jun. 2017. Disponível em: <http://literature.oxfordre.com/view/10.1093/acrefore/9780190201098.001.0001/acrefore-9780190201098-e-89>. Acesso em: 27 mar. 2024.

MIGUEL, Luís Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero”: Escola Sem Partido e as leis da mordada no parlamento brasileiro. *Direito e Práxis*, v. 7, n. 15, p.590-621, jul-set. 2016.

MILLER, Alyson. Unsited to age group: The scandals of children's literature. *College Literature*, v. 41, n. 2, p.120-40, 2014.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da (org.). *Por uma Linguística Aplicada Indisciplinar*. São Paulo: Parábola, 2006.

MORAIS, Argus Romero Abreu de. A estética da intolerância: extremismo político e arte no Brasil atual. *RUA*, v. 24, n. 2, p.499-525, nov. 2018.

NODELMAN, Perry. Children's Literature as Child Pornography. *English Studies in Canada*, v. 29, n. 3-4, p.34-39, set/dez. 2003.

OLIVEIRA, Joana. ‘Caça às bruxas’ de Damares provoca autocensura no mercado literário infantil. *El País Brasil*, São Paulo, 13 fev 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/cultura/2020-02-13/caca-as-bruxas-de-damares-provoca-autocensura-no-mercado-literario-infantil.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.

O’SULLIVAN, Emer. Children's literature and Translation studies. In: MILLÁN, Carmen; BARTRINA, Francesca (org.). *The Routledge Handbook to Translation Studies*. New York: Routledge, 2013. p.451-463.

PAINTER, Clare; MARTIN, James Robert; UNSWORTH, Len. *Reading Visual Narratives: Image Analysis in Children's Picture Books*. Sheffield: Equinox Publishing Ltd., 2012.

PUGH, Tison. *Innocence, Heterosexuality, and the Queerness of Children's Literature*. New York and London: Routledge, 2011.

ROSE, Jacqueline. *The Case of Peter Pan, or The Impossibility of Children's Fiction*. London: The Macmillan Press LTD, 1984.

SFORDI, Leonardo Vinícius da Silva. A nova onda de censura na literatura infantil e juvenil contemporânea. *Revista FORPROL*, v. 5, n. 1, p.1-18, ago. 2021.

SILVA, Beatriz dos Reis de Castro Barros. *O livro ilustrado na literatura infantil contemporânea: a relação entre o texto e a imagem em obras brasileiras*. 2018. 162 f. Dissertação (Mestrado em Estética e História da Arte) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

SILVA, Rogério Bernardo da. Leitura literária e currículo escolar: desdobramentos e (im)possibilidades. *Linha Mestra*, n. 30, p.1389-1393, set-dez. 2016.



SOULÉ, Véronique. Bibliothèques: les pourfendeurs du livre pour la jeunesse ne baissent pas la garde. *Revue de la BNF*, n. 60, p.107-113, 2020.

STOCKTON, Kathryn Bond. *The Queer Child, or Growing Sideways in the Twentieth Century*. Durham and London: Duke University Press, 2009.

TESAR, Marek. Timing childhoods: An alternative reading of children's development through philosophy of time, temporality, place and space. *Contemporary Issues in Early Childhood*, v. 17, n. 4, p.399-408, dez. 2016.

VAN COILLIE, Jan. Diversity can change the world: Children's literature, translation and images of childhood. In: VAN COILLIE, Jan; McMARTIN, Jack (org.). *Children's Literature in Translation*. Leuven: Leuven University Press, 2020. p.141-156.

VENZO, Paul. That 'Tingly Feeling': Sex and Sexuality in Children's Nonfiction Picture Books. In: VENZO, Paul; MORUZI, Kristine (org.). *Sexuality in Literature for Children and Young Adults*. New York: Routledge, 2021. p.29-43.

